

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. SEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL – ASPECTOS HISTÓRICOS DE SUA EVOLUÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	5
2.1. No princípio era o caos.....	5
2.2. O atraso brasileiro	15
2.3. Evolução da segurança jurídica.....	19
3. PREMISSAS BÁSICAS.....	25
3.1. Direito Tributário e Direito Administrativo – a unidade fundamental do Direito	25
3.2. Necessidade de unificação da linguagem: procedimen- to e processo administrativo tributário.....	32
3.2.1. Antiga visão	32
3.2.2. Moderna concepção	34
3.2.3. Procedimento e processo no âmbito constituicio- nal e administrativo.....	38
4. MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE LANÇAMENTO. .	47
4.1. Teoria dos Motivos Determinantes.....	47
4.2. Presunção de legitimidade do ato administrativo: uma falsa premissa.	50
4.3. Ato administrativo de lançamento: existência e vali- dade. Distinção entre motivo e motivação.	60
4.4. Peculiaridade do Lançamento: a “tipicidade” ou espe- cificidade conceitual. Reflexos deste traço na motivação.	64
4.5. Invalidade do ato administrativo por vício relati- vo ao motivo.....	74
5. BOA-FÉ CONTRATUAL: A VERDADEIRA PRESUNÇÃO.	79
5.1. Boa-fé na Constituição da República brasileira: princípio subjacente ao sistema.....	80
5.2. Boa-fé como regra jurídica expressamente positivada	84
6. LANÇAMENTO E A GARANTIA DO CONTRADITÓRIO – CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO CONTENCIOSO.....	95
6.1. A figura do “crédito tributário não contencioso” – conceito.....	95

6.3. Supressão do contraditório na órbita federal: o imposto de renda da pessoa jurídica e o problema da compensação.....	109
6.4. Supressão do contraditório na esfera estadual: o ICMS.....	111
6.5. O lançamento é necessário? É possível a exigibilidade de “tributo sem lançamento”?	113
6.6. Se o lançamento é obrigatório, como admitir o art. 150 do Código Tributário?	118
6.7. A obrigatoriedade do lançamento ainda mais se acentua na hipótese de descumprimento da obrigação pelo contribuinte.....	124
6.8. O lançamento e sua classificação em espécies. Existe lançamento que não seja de ofício?.....	126
6.9. A garantia do contraditório. As noções de lide e processo.....	132
6.10. O contraditório como pressuposto da idéia de justiça fiscal – o problema brasileiro.....	135
6.11. Retificação da Declaração – a oportunidade de correção de nossos próprios erros	137
6.11.1 Limites à praticidade no Processo Tributário.....	139
6.11.2. A retificação e seus contornos	141
6.12. Em que situação seria admissível o “crédito tributário não contencioso”?.....	145
6.13. Código de Defesa do Contribuinte: a reafirmação de princípios constitucionais (boa-fé e contraditório)	146
6.13.1. O Projeto de Lei Complementar	146
6.13.2. Código de Defesa do Contribuinte em Minas Gerais.....	149
7. PROVAS	153
7.1. Prova e elisão fiscal.....	153
7.2 Necessidade de elaboração de nova regra, em torno da prova, no Direito Processual Tributário.....	181
7.2.1. Ônus da prova ou dever de investigação?	181
7.2.2. Estrutura da regra probatória	186
7.3. Meios de Prova. Presunções, indícios e ficções.....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207